

Reforma administrativa na Bahia

por Alceo Rizzi
de Salvador

O secretário de Planejamento da Bahia, Jairo Simões, estimou ontem a este jornal entre NCz\$ 5 milhões e NCz\$ 10 milhões a redução mensal que o estado terá nas despesas em custeio da máquina e pagamento da folha de pessoal, com o projeto de lei que estava para ser encaminhado à Assembléia Legislativa, propondo uma ampla reforma administrativa. A reforma contempla a extinção de oito autarquias, uma fundação, dois órgãos em regime especial de administração centralizada e mais três sociedades de economia mista, sem que suas funções sejam eliminadas.

O secretário não quis revelar o número de funcionários

do estado que deverão ser demitidos, mas adiantou que, somente com as extinções de autarquias, órgãos, fundações e empresas de economia mista serão eliminados 590 cargos de direção, podendo ser acrescido de mais 600. "O número de funcionários que poderão ser demitidos deverá variar de acordo com as modificações que forem apresentadas ao projeto de lei. Estimamos, contudo, que a redução dos gastos será equivalente a 10% da receita própria do estado", comentou Simões.

O governador Waldir Pires disse que o estado terá condições de pagar as indenizações dos funcionários demitidos, e muitos deles poderão ser aproveitados pela iniciativa privada. "Nós estamos nos

mobilizando neste sentido e encontrando receptividade", afirmou.

Ele observou que a reforma administrativa proposta pelo executivo baiano destina-se a cumprir a nova Constituição do País, que limita os gastos com pagamento de pessoal dos estados a, no máximo, 65% de suas receitas totais. Atualmente, segundo o governador, o custeio da máquina administrativa e o pagamento da folha de pessoal consomem praticamente toda a arrecadação do estado, sem restar recursos para realizar investimentos. Em março, a previsão da Secretaria de Finanças do estado é de uma arrecadação de NCz\$ 52 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).